



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 023 /2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ E A INSTITUIÇÃO CIDADE DOS MENINOS "MARIA IMACULADA", PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº 46.522.942/0001-30, neste ato representado pelo senhor Prefeito, GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, portador do RG nº 48.290.612-1 e do CPF nº 411.705.448-19, doravante denominado MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, neste ato representada pela senhora Secretária, ANA CLAUDIA DE FABRIS, portadora do RG nº 29.212.529-X e do CPF nº 263.495.698-30, e do outro lado a **INSTITUIÇÃO CIDADE DOS MENINOS "MARIA IMACULADA"**, doravante denominada ENTIDADE, situada à Rua Batávia, nº 280, Parque Novo Oratório, CEP 09260-020, Santo André, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.542.175/0001-06, representada pelo senhor **RAFAEL GOMES DA SILVA**, portador do RG nº 45.169.620-7 e do CPF nº 318.131.858-24, neste ato designado procurador o senhor **CARLOS ALBERTO ALBORGUETE**, brasileiro, portador do RG nº 20.004.598-2 e do CPF nº 080.446.728-50, resolvem celebrar a presente PARCERIA regida pelas disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e no Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016, através do processo administrativo nº 270/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto desta PARCERIA a cooperação técnica e financeira entre os partícipes acima indicados, para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, proveniente de Emenda Parlamentar Individual, indicada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Fernando José de Souza Marangoni. O Plano de Trabalho foi elaborado conforme art. 17 do Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016, que acompanha o presente.

### CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1 – Constituem-se em obrigações do MUNICÍPIO para execução desta PARCERIA:

I – Repassar à ENTIDADE, conforme cronograma estipulado no Plano de Trabalho, os recursos financeiros correspondentes ao objeto desta PARCERIA;

II – Assessorar, acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto desta PARCERIA informando à ENTIDADE quando detectadas ocorrências de eventuais desvios, para implementação de medidas saneadoras necessárias;



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

III – Elaborar estudos sistemáticos, em PARCERIA com a ENTIDADE, sobre os custos do objeto ora conveniado, que servirão como parâmetro para alterações dos valores da presente PARCERIA;

IV – Analisar as prestações de contas parcial e final, e emitir parecer, sob o aspecto técnico, quanto à execução física, bem como atingir os objetivos da presente PARCERIA, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE**

3.1 – A ENTIDADE deverá permitir ao MUNICÍPIO, através dos órgãos competentes, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização desta PARCERIA, especialmente para assegurar a qualidade do trabalho desenvolvido e a adequada aplicação do recurso financeiro transferido, obrigando-se a:

I – Executar fielmente o objeto pactuado na Cláusula Primeira, conforme proposto no Plano de Trabalho;

II – Aplicar, integralmente, o recurso financeiro repassado pelo MUNICÍPIO através da presente PARCERIA, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras, em conformidade com o Plano de Trabalho, exclusiva e tempestivamente, no cumprimento do objeto desta PARCERIA;

III – Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução desta PARCERIA à disposição dos agentes públicos para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

IV – Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto desta PARCERIA, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;

V – Manter quadro de pessoal compatível com as especificações descritas no Plano de Trabalho, de forma a dar plenas condições de realização do objeto conveniado;

VI – Permitir o assessoramento, orientação, fiscalização e participação do MUNICÍPIO na implantação e no desenvolvimento do Plano de Trabalho, adequando-se aos parâmetros e requisitos mínimos para as atividades desenvolvidas, definidos com sua participação;

VII – Apresentar prestação de contas parcial mensalmente, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, durante a execução do objeto desta PARCERIA, demonstrando a correta aplicação do recurso financeiro transferido, compatível com o Plano de Trabalho, devidamente acompanhada do Relatório de Execução do Objeto – REO, pactuado junto ao MUNICÍPIO por intermédio da Equipe de Apoio e Controle de Parcerias e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

VIII – Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do término da PARCERIA;

IX – Recolher ao erário municipal os eventuais saldos do recurso repassado e não aplicado, dentro do período aprazado, inclusive provenientes de aplicações financeiras realizadas, salvo se ocorrer o aditamento da presente PARCERIA, sob pena de, perpetrada qualquer irregularidade na prestação de contas, tal como estabelecido na legislação pertinente, ter suspenso o seu registro junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André com o consequente impedimento de receber quaisquer outros recursos municipais.

**CLÁUSULA 4ª – DOS RECURSOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

4.1 – O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE para a execução do objeto da presente PARCERIA o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única, com recurso suplementar da União, oriundo da Emenda Parlamentar Individual cadastrada sob a programação de nº 354780920250003, conforme Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.2 – A liberação do recurso obedecerá ao Cronograma de Desembolso e guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do presente instrumento.

4.2.1 – O repasse será efetivado até o terceiro dia útil após a data de assinatura deste Termo.

4.3 – O recurso será depositado e gerido em conta bancária específica, isenta de tarifas bancárias, em qualquer instituição financeira pública, permitindo-se efetuar saques somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal, ordem bancária ao credor, transferência eletrônica disponível ou para aplicação no mercado financeiro.

4.4 – O recurso deverá ser automaticamente aplicado em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo devendo ser mantido em conta específica da PARCERIA, enquanto não empregado na sua finalidade.

4.5 – O recurso da PARCERIA não caracteriza receita própria da ENTIDADE, estando vinculado aos termos do Plano de Trabalho, devendo ser alocado nos seus registros contábeis nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade.

4.6 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto da PARCERIA, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para o recurso transferido.

**CLÁUSULA 5ª – DA CONTRAPARTIDA**

Não será exigida contrapartida da ENTIDADE como condição para celebração da presente PARCERIA.

44

9



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

### **CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO**

A presente PARCERIA vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, respeitando o limite legal e mediante a lavratura do respectivo termo aditivo, precedido da autorização da Secretaria de Assistência Social.

### **CLÁUSULA 7ª – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

7.1 – A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil para demonstração de resultados e conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

7.2 – A ENTIDADE deverá realizar a prestação de contas observando o disposto nos itens VII e VIII, da Cláusula Terceira do presente instrumento e em conformidade com o Plano de Trabalho.

7.2.1 – A cada prestação de contas a ENTIDADE deverá apresentar:

I – cópia de extrato bancário da conta corrente e de aplicação financeira, contratos, documentos e comprovantes de despesas;

II – cópia de todos os contratos de trabalho celebrados;

III – comprovantes de pagamento de salário de cada empregado;

IV – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas de cada empregado;

V – cópia dos termos de rescisão de contrato de trabalho de cada empregado desligado acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias;

VI – Relatório de Execução Financeira – REF e o Relatório de Execução do Objeto – REO, pactuado junto a Secretaria de Assistência Social por intermédio da Equipe de Apoio e Controle das Parcerias e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

7.2.2 – Para efetivo acompanhamento do cumprimento da presente PARCERIA, o MUNICÍPIO poderá exigir documentação complementar além daquelas previstas expressamente neste instrumento e, ocorrendo omissão ou recusa por parte da ENTIDADE, poderão ser adotadas as medidas administrativas, financeiras e legais cabíveis, inclusive instauração de tomada de contas, aplicação de sanções e demais providências previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016 e demais normas aplicáveis.

### **CLÁUSULA 8ª – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

8.1 – O controle e a fiscalização da presente PARCERIA serão realizados em conformidade com o disposto no art. 60 e seguintes do Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016.



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

8.1.1 – Fica designada como gestora da PARCERIA a servidora Sueli Aparecida Haither, conforme Portaria nº 009/2026 - SAS.

8.2 – A gestora da PARCERIA, a Comissão de Monitoramento e Avaliação e outros representantes da Secretaria de Assistência Social poderão realizar visitas *in loco* diretamente ao local de execução das atividades objeto desta PARCERIA.

8.2.1 – As visitas poderão ser realizadas a qualquer tempo durante a execução do objeto desta PARCERIA, sendo facultado a gestora da PARCERIA, à Comissão de Monitoramento e Avaliação ou aos representantes da Secretaria de Assistência Social notificar a ENTIDADE com a finalidade de informar acerca do agendamento.

8.2.2 – Após a realização da visita *in loco* a gestora da PARCERIA deverá emitir relatório circunstanciado, o qual será enviado à ENTIDADE para que esta preste os esclarecimentos solicitados e adote as providências apontadas.

8.2.3 – Após manifestação da ENTIDADE acerca dos apontamentos feitos no relatório circunstanciado, a gestora da PARCERIA deverá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação – RTMA, o qual será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, à ENTIDADE para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais.

8.2.4 – A ENTIDADE deverá permitir o livre acesso a gestora da PARCERIA, à Comissão de Monitoramento e Avaliação e aos representantes da Secretaria de Assistência Social para que os mesmos possam realizar visitas e acompanhar a execução do objeto desta PARCERIA.

#### **CLÁUSULA 9ª – DA RESTITUIÇÃO DE SALDO FINANCEIRO REMANESCENTE**

9.1 – Cabe à ENTIDADE, quando da conclusão ou na rescisão da PARCERIA, providenciar a devolução ao MUNICÍPIO dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas.

9.1.1 – A devolução deverá ser efetuada no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, a ser providenciada pela autoridade competente da Secretaria de Assistência Social.

#### **CLÁUSULA 10 – DA TITULARIDADE DOS BENS E DIREITOS REMANESCENTES**

Após a conclusão ou extinção da presente PARCERIA, o MUNICÍPIO poderá doar à ENTIDADE os bens remanescentes desde que os mesmos sejam destinados para assegurar a continuidade da execução do objeto pactuado.

#### **CLÁUSULA 11 – DA PRERROGATIVA DE ASSUMIR A EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1 – Poderá o MUNICÍPIO, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população e com a



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

finalidade de realizar ou manter a execução das metas ou atividades estabelecidas nesta PARCERIA:

I – retomar os bens públicos em poder da ENTIDADE, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação.

**CLÁUSULA 12 – DO LIVRE ACESSO AOS AGENTES DO MUNICÍPIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS**

12.1 – A ENTIDADE deverá permitir o livre acesso dos agentes do MUNICÍPIO e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos e às informações relacionadas a presente PARCERIA, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

12.2 – O MUNICÍPIO e o Tribunal de Contas do Estado, durante a execução desta PARCERIA, poderão requerer informações, encaminhar pedido de acesso a documentos ou aos locais de execução do objeto.

12.2.1 – O pedido de acesso de que trata o item 12.2 deverá conter a relação de documentos e informações requeridos à ENTIDADE e informar o agendamento, se for o caso, de acesso ao local de execução do objeto.

12.2.2 – O prazo para a ENTIDADE apresentar a documentação e as informações requisitadas será de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento do pedido.

**CLÁUSULA 13 – DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU EXTINÇÃO**

13.1 – A parte interessada em proceder a denúncia, rescisão ou extinção da PARCERIA deverá manifestar sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

13.2 – A presente PARCERIA poderá ser rescindida a qualquer tempo por qualquer das partes celebrantes.

13.3 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção da PARCERIA, caberá à ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 30 (trinta) dias a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

13.4 – Na ocorrência de denúncia, o MUNICÍPIO e a ENTIDADE permanecerão responsáveis pelas obrigações e auferirão as vantagens relativas ao período em que participaram voluntariamente da PARCERIA.

13.5 – Constituem motivos para rescisão desta PARCERIA:

I – Má execução ou inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições estabelecidas no presente instrumento;

A

9



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

II – A verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de tomada de contas especial.

13.6 – Nas hipóteses de má execução ou não execução do objeto da PARCERIA, o MUNICÍPIO, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, poderá:

I – Retomar os bens públicos eventualmente cedidos para a execução do objeto do presente instrumento;

II – Assumir diretamente ou transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto desta PARCERIA.

13.7 – Na ocorrência de rescisão, a ENTIDADE deverá quitar os débitos assumidos em razão da PARCERIA, relativos ao período em que ela estava vigente.

13.8 – Ocorrendo a conclusão ou na rescisão da presente PARCERIA a ENTIDADE fica obrigada a devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas.

**CLÁUSULA 14 – DA RESPONSABILIDADE PELO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS RECEBIDOS**

É de responsabilidade exclusiva da ENTIDADE o gerenciamento administrativo e financeiro do recurso recebido, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

**CLÁUSULA 15 – DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS**

A ENTIDADE é, em caráter exclusivo, a responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta PARCERIA, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência em relação ao referido pagamento.

**CLÁUSULA 16 – DA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE DESPESAS EM ESPÉCIE**

16.1 – A ENTIDADE poderá realizar os pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da PARCERIA, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada no Plano de Trabalho. g

16.2 – Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual de 01 (um) salário mínimo por fornecedor de bens ou prestador de serviços, levando-se em conta o exercício contábil.

A

g



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

16.3 – Os pagamentos realizados em espécie não dispensam o registro do beneficiário final da despesa na conciliação bancária, bem como a apresentação de comprovante de recebimento.

**CLÁUSULA 17 – DA DIVULGAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA PARCERIA**

É de responsabilidade exclusiva da ENTIDADE a obrigação de divulgar em seus meios de comunicação, que as atividades ou projetos desenvolvidos estão sendo financiados com recursos recebidos do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA 18 – DO FORO**

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santo André para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes da execução, conflito ou interpretação desta PARCERIA.

E por estarem acordes, firmam este compromisso, registrado e digitado no Departamento Administrativo do Expediente do Gabinete, em 03 (três) vias de idêntico teor, na presença das testemunhas abaixo.

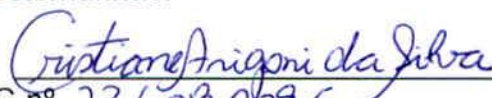
Prefeitura Municipal de Santo André, em 24 de abril de 2026.

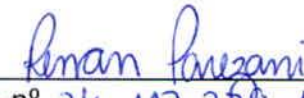
  
GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

  
ANA CLAUDIA DE FABRIS  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

  
CARLOS ALBERTO ALBORGUETE  
INSTITUIÇÃO CIDADE DOS MENINOS “MARIA IMACULADA”

Testemunhas:

1)   
RG nº 23.608.029.5

2)   
RG nº 34.117.358-1